

O PROJETO DA COMISSÃO DE DIREITO DE ONTÁRIO SOBRE OS TRABALHADORES VULNERÁVEIS E O TRABALHO PRECÁRIO

Resumo do Relatório Final (dezembro de 2012)

Atualmente, em Ontário, há menos empregos bem remunerados, a tempo inteiro, com boas regalias e mais empregos precários com salários mais baixos, segurança precária no emprego, poucas regalias e pouco controlo sobre as condições de trabalho. Os trabalhadores que fazem este tipo de trabalho são “vulneráveis” devido à insegurança no trabalho e outras condições. Women, racialized persons, immigrants, temporary migrant workers, persons with disabilities, youth, Aboriginal persons and non-status workers are more likely than others to hold precarious jobs.

As mulheres, os indivíduos discriminados, os emigrantes, os trabalhadores migrantes temporários, as pessoas com deficiência, os jovens, os indígenas e os trabalhadores sem estatuto são mais suscetíveis de ter empregos precários do que os outros.

O trabalho precário assume formas diferentes: contrato, tempo parcial, trabalho independente e trabalho temporário.

Apesar de terem emprego, estes trabalhadores e as suas famílias sentem uma falta de oportunidades e pobreza que podem passar de uma geração para a seguinte. Consoante o tipo de trabalho precário, os trabalhadores vulneráveis são mais suscetíveis de ter:

- maior risco de lesões, doenças e stress
- obstáculos no acesso aos cuidados de saúde
- maior dificuldade com as relações familiares e ligações à comunidade por trabalharem em mais de um emprego
- pouco tempo e dinheiro para a educação ou formação e
- poupança-reforma inadequada

O Relatório da Comissão de Direito de Ontário (LCO) sobre os Trabalhadores Vulneráveis e o Trabalho Precário faz 47 recomendações para alterações às leis, políticas e programas relativos à proteção do emprego, saúde e segurança e formação e educação. We believe that changes are more likely to be successful if they are based on broad consultations with those affected. In formulating our recommendations, we consulted with workers, workers’ representatives, employers, government, academics, experts, and other relevant parties. As a result, our recommendations are founded on the realities we heard about in our consultations.

Acreditamos que as alterações são mais propensas ao sucesso se forem baseadas em reuniões abrangentes com as pessoas afetadas. Na formulação das nossas recomendações, reunimo-nos com os trabalhadores, os representantes dos trabalhadores, as entidades empregadoras, o governo, os estudantes universitários, os especialistas e outras partes interessadas. Como resultado, as nossas recomendações baseiam-se nas realidades que ouvimos nas nossas reuniões.

Alterações às Leis

Discutimos formas de alargar a Employment Standards Act (Lei relativa às normas de emprego), a lei de Ontário relativa à proteção mínima do trabalhador, a uma classe mais vasta de trabalhadores. O nosso Relatório

- recomenda mais educação pública, divulgação e parcerias com a comunidade
- apoia o princípio da igualdade e da proporcionalidade dos salários para os trabalhadores a tempo parcial, estendendo a licença de emergência pessoal aos locais de trabalho pequenos e explorando as opções para o fornecimento de regalias aos trabalhadores que não as tiverem

- **sugere melhorias à redução dos obstáculos quando os trabalhadores apresentarem reclamações pela falta de pagamento de salários ou outras violações dessa natureza**
- **recomenda que os procedimentos de execução devem realçar as inspeções proativas e ter como alvo os locais de trabalho onde os trabalhadores vulneráveis estejam a trabalhar**

Os trabalhadores temporários estrangeiros em empregos pouco qualificados enfrentam muitos desafios. Estes receiam perder os seus empregos e ser expulsos do Canadá. Sugerimos alterações para

- **garantir que os trabalhadores não são despedidos e mandados para casa injustamente**
- **ajudar a reduzir o medo do trabalhador**
- **fornecer aos trabalhadores apoio adicional no cumprimento dos seus direitos e**
- **alargar as proteções legais existentes para os profissionais de saúde que dormem no emprego a todas as classes de trabalhadores temporários estrangeiros**

Os trabalhadores independentes não são abrangidos pela Employment Standards Act (Lei relativa às normas de emprego) e quando os funcionários são classificados erroneamente como trabalhadores independentes, por engano ou deliberadamente, são-lhes negados os direitos básicos de proteção do trabalhador. As nossas recomendações concentram-se numa melhor aplicação e noutras ideias para reduzir os erros de classificação.

Saúde e Segurança

A Comissão de Direito de Ontário (LCO) analisa o sistema de saúde ocupacional e de segurança de Ontário e recomenda

- **procedimentos de execução centrados nos trabalhadores temporários estrangeiros, nas agências de trabalho temporário e nos trabalhadores da agricultura, hospitalidade e limpeza**
- **o aceleramento das reclamações dos trabalhadores temporários estrangeiros sobre represálias antes de deixarem o Canadá**
- **a análise do impacto de determinadas políticas e práticas do Conselho de Segurança no Local de Trabalho e de Seguros**
- **clínica médica móvel para os trabalhadores migrantes em áreas rurais**

Formação e Educação

Aumentar a qualificação dos trabalhadores através da formação e da educação é uma das formas principais de reduzir o trabalho precário. Desta forma, os trabalhadores são mais adaptáveis à evolução das necessidades do mercado de trabalho. Para garantir que a formação financiada pelo governo é voltada diretamente para o problema da redução do trabalho precário, recomendamos o alargamento da certificação das competências adquiridas no emprego, programas de formação centrados na redução do trabalho precário, aumento da atualização de competências, parcerias governamentais para os trabalhadores pouco qualificados e programas dirigidos às mulheres, pessoas discriminadas e emigrantes recentes.

Estratégia Provincial

Acreditamos que uma resposta eficaz requer que Ontário crie uma estratégia para coordenar programas, políticas e leis sobre a redução dos empregos precários.

O Relatório da Comissão de Direito de Ontário (LCO) sobre os Trabalhadores Vulneráveis e o Trabalho Precário está disponível online juntamente com informações sobre outros projetos da LCO em www.lco-cdo.org.

A Comissão de Direito de Ontário é financiada pela:



E apoiada pelas Faculdades de Direito da:

Queen's University, University of Ottawa (Secções de Direito Consuetudinário e Civil), University of Toronto, University of Windsor e Western University